

ENTRE AS CELEBRAÇÕES E A CONTEXTAÇÃO: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRAFICA DAS PRODUÇÕES ACADEMICAS SOBRE O 13 DE MAIO

ANDRÉ ALVES DA SILVA¹; LUCIO FERREIRA MENEZES²

Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) 1 – andrealves828@gmail.com 1

Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) 2 – luciomenezes@uol.com.br 2

1. INTRODUÇÃO

No dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel, então Regente do Império do Brasil, assina a Lei 3353, conhecida como Lei Aurea, declarando extinta a escravidão no Brasil. Naquele momento, mesmo que a escravidão já desce sinais de falência, a abolição foi amplamente comemorada por diversos setores da sociedade brasileira. As festas se estenderam por dias, levando às ruas, ex-cativos, trabalhadores livres, imprensa, abolicionistas, e diversos outros manifestantes. A data foi considerada feriado nacional de 1890 até o ano de 1930, “quando o presidente Getúlio Vargas, a fim de favorecer o trabalho nacional, reduziu o número de feriados, permanecendo apenas as datas com ‘larga significação humana e social’ e que ‘sensibilizam, mais profundamente, a consciência coletiva’” (Moraes, 2012, p. 14). Mesmo fora do calendário oficial, a efeméride continuou tendo um peso significativo nos festejos populares, sendo palco das disputas por memória e da luta por melhorias nas condições de vida da população negra no pós-abolição.

De acordo com Renata Moraes (2018), as celebrações negras que, embora reprimidas durante o período escravocrata, fizeram parte das comemorações dos ex-cativos após a abolição. A autora evidencia que, apesar do fim da escravidão também ter sido comemorado por meio de festas promovidas pela imprensa, políticos e pelas elites cariocas, a população negra criou suas próprias formas de celebração, especialmente por meio dos batuques e danças. Nas festividades oficiais, organizadas sobretudo pela imprensa fluminense, figuras como a Princesa Isabel e os políticos abolicionistas foram exaltados como protagonistas da liberdade, silenciando o papel ativo dos negros na conquista da abolição. Em contrapartida, as festas promovidas pelos ex-cativos expressavam o desejo da população negra de celebrar a liberdade a partir de suas próprias referências culturais. Um ótimo exemplo, eram as saudações feitas à São Benedito, um dos santos negros mais cultuados pelos escravizados. Contudo, essas celebrações negras, muitas vezes marginalizadas e reprimidas pelas autoridades, revelam as contradições da nova ordem estabelecida. De maneira em que “a realização de algo fora do programa oficial desafiava não só a autoridade dos organizadores dos festejos, como, também, o ambiente que se pretendia implantar após o fim da escravidão” (Moraes, 2018, p. 236).

Os aniversários da abolição não representavam apenas mais um ano da promulgação da Lei, mas sim, uma importante oportunidade para dar visibilidade às denúncias e aos conflitos da sociedade do período. Bem como, pode ser observado nos jogos “Branco contra pretos”, ocorridos na cidade de São Paulo, entre 1927 e 1932 (Pereira, 2024). Os jogos “Branco contra Pretos” se trata de eventos futebolísticos que aconteciam de maneira anual na cidade de São Paulo, no início do século XX. A grosso modo, era um selecionado de jogadores autodeclarados “negros/pretos”, numa partida de futebol, contra jogadores autodeclarados “brancos”. Para Pereira, “esses jogos não são apenas eventos esportivos e festivos, mas sim manifestações simbólicas que refletem as tensões e

desafios enfrentados pela comunidade negra em São Paulo” (Pereira, 2024, p. 15). Para Pereira “os jogos representavam então uma tentativa de reconciliação simbólica entre diferentes grupos étnico-raciais em um momento de transição social e política” (2024, p.112).

Por outro lado, em meados da década de 1960, as festas em homenagem a abolição passaram a ser contestadas por parte do movimento negro do período. “A interrogação era sobre qual o sentido da comemoração se objetivamente a situação da população negra não tinha melhorado desde 1888 até o presente” (Cunha Junior, 2021, p.149). Essa mudança de paradigma em relação às comemorações da abolição representou mais um significado que a data adquiriu ao longo dos anos. Ressignificar as festas da abolição, faz parte de uma postura política, por parte da população negra em forma de protesto contra as diferentes formas de opressão enfrentadas no pós-abolição. Deixando evidente que a data evoca diversos significados, não apenas para a população negra, mas para a sociedade brasileira como um todo.

Nos últimos anos, a abolição e seus múltiplos sentidos, têm ganhado cada vez mais espaço nas produções acadêmicas, principalmente na área da historiografia. Em vista disso, a proposta é realizar um balanço bibliográfico, sintetizando as principais contribuições acadêmicas em torno da temática. O presente trabalho se desenvolve como parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Pelotas. A pesquisa se insere na discussão acerca dos significados presentes nas comemorações da abolição.

2. METODOLOGIA

Em questões metodológicas, o presente trabalho realizou uma revisão bibliográfica, a fim de levantar as principais contribuições acadêmicas para o desenvolvimento da temática. Considerando o estágio inicial dessa pesquisa, a revisão de literatura busca, antes de tudo, “situar o trabalho que o pesquisador deseja desenvolver em relação à produção já existente na área” (2023, p. 5). Considerando a gama de produções que se dedicam a estudar essa temática, desde início do século XX, o presente trabalho se reserva a reunir os trabalhos a partir dos anos 2000. Fundamentalmente, é importante ressaltar que há um aumento significativo nas produções acadêmicas que se dedicam a estudar os diferentes aspectos e interpretações da Lei Áurea e do pós-abolição — como também, temáticas relacionadas à negritude. Assim como destaca Domingues (2009), nos anos 2000 o impacto da Lei de Cotas raciais nas Universidade e a Lei 10.639, redirecionaram as discussões acadêmicas em torno do negro — vale lembrar que a implementação de ambas as leis é fruto das articulações políticas da própria população negra. Segundo o autor, “as cotas raciais desencadearam um amplo debate nacional sobre o problema do negro. Contudo, foi a lei 10.639 que contribuiu, definitivamente, para o aumento de interesse, por parte da sociedade brasileira, em discutir temas relacionados à diversidade racial e à história do negro no país” (Domingues, 2009, p. 225-226).

Após delimitar o tema, o trabalho de revisão de literatura se desenvolveu a partir da busca de palavras chaves nos principais repositórios e plataformas de pesquisa. Os termos e as palavras-chaves utilizadas na pesquisa foram: *comemorações da abolição*, *13 de maio*, *Lei Áurea* e *abolição da escravidão*. A escolha das palavras-chave é fundamental para delimitar a amplitude da busca e delimitar os limites do estudo. De certo, para uma busca mais aprofundada seria

necessário definir outros termos, mas tendo em vista os limites do presente trabalho a busca foi reduzida. As plataformas de busca utilizadas foram: *Lattes*, *Portal de periódicos da CAPES*, *Repositório Guaiaca UFPEL*, *Google acadêmico* e *SciELO*.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As comemorações de 13 de maio, têm sido objeto de interesse crescente da historiografia contemporânea. Longe de constituírem eventos homogêneos ou consensuais, os festejos relacionados aos dados revelam disputas simbólicas, conflitos de memória e múltiplos significados atribuídos por diferentes grupos sociais ao longo do tempo. Nesse sentido, diversos autores se dedicaram a analisar as formas como essas comemorações foram organizadas, representadas e ressignificadas, considerando tanto os interesses políticos e ideológicos envolvidos quanto as práticas culturais das populações diretamente impactadas pela escravidão e pelo pós-abolição. Numa revisão bibliográfica, é possível afirmar que o debate em torno do tema é notável, com diferentes produções, principalmente na área da historiografia, das quais se destacam os trabalhos de Aristeu Elisandro Machado Lopes (2016), Euler Fabres Zanetti (2022), Petrônio José Domingues (2011) e Renata Figueiredo Moraes (2012).

Moraes (2012) dedica-se a analisar as diferentes disputas em torno dos sentidos e significados atribuídos aos festejos do 13 de maio, abrangendo o período de 1888 a 1908. Segundo a autora, a abolição da escravatura no Brasil desencadeou, de forma espontânea, celebrações no Rio de Janeiro que reuniram diversos setores da sociedade carioca e se prolongaram por vários dias. A tese investiga as disputas em torno das comemorações do 13 de maio e seus participantes, além de examinar os conflitos de sentidos e significados que se mantiveram ao longo dos 20 anos subsequentes.

Lopes (2016) analisa as comemorações dos aniversários da Lei Áurea, a partir da cobertura realizada pela Imprensa Ilustrada do Rio de Janeiro. O estudo examina os periódicos *Revista Ilustrada* e *Don Quixote* — importantes representantes da imprensa carioca —, com foco especial nas celebrações de 1890, primeiro ano da República. Segundo o autor, as ilustrações e os textos publicados revelam que ambos os periódicos, de orientação republicana, celebraram a Lei Áurea. Além disso, Lopes destaca que as diferentes formas de abordagem da abolição constituem importantes indícios para compreender, entre outros aspectos, o contexto político recém-estabelecido no país.

Zanetti (2022) analisa o comportamento da imprensa diante das “comemorações” da abolição entre 1888 e 1928, a partir dos periódicos *A Federação* e *O Paiz*, ambos de perspectiva não negra. Segundo o autor, esses jornais veicularam diversos conteúdos — como ilustrações, poemas, crônicas e textos opinativos — que atribuíram aos aniversários da Lei Áurea cinco sentidos principais: humanitário, racial, progresso, liberdade e união nacional. Além disso, destaca que os grandes eventos públicos conferiram ao 13 de maio, um caráter de ampla integração social, independentemente da cor.

Domingues (2011) analisa as comemorações da Lei Áurea em São Paulo, no início do século XX, destacando o 13 de maio como uma celebração marcada por romarias, missas, conferências, festivais, bailes, música, dança e teatro, geralmente envoltos em clima de emoção e alegria. O autor ressalta que, embora a abolição não tenha assegurado a plena inserção da população negra, a data deveria ser celebrada anualmente para que não se esquecesse a memória da escravidão.

4. CONCLUSÕES

A análise das comemorações da abolição da escravidão no Brasil revela que o 13 de maio é um dia carregado de sentidos e disputas simbólicas, que atravessam diferentes contextos históricos e sociais. Ao longo dos anos, as celebrações refletiram tanto sobre a tentativa das elites e da imprensa de construir uma narrativa oficial, exaltando figuras como a Princesa Isabel e os abolicionistas, quanto a resistência da população negra, que busca afirmar sua própria memória e identidade por meio de práticas culturais, religiosas e políticas.

O avanço das pesquisas, especialmente a partir dos anos 2000, impulsionado por políticas públicas como as cotas raciais e a Lei 10.639/2003, possibilitou novas interpretações sobre a abolição e o pós-1888. Essa acadêmica contribui para revelar as continuidades da produção das desigualdades raciais e para compreender as ressignificações do 13 de maio, tanto como espaço de celebração quanto de contestação. Assim, a historiografia atual não apenas revisita o passado, mas também dialoga com o presente, mostrando que o 13 de maio permanece como um marco simbólico de resistência, memória e luta por direitos, sendo central para a compreensão das dinâmicas raciais na sociedade brasileira.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DOMINGUES, Petrônio José. "A redenção de nossa raça": as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História**, v. 31, p. 19-48, 2011.

DOMINGUES, Petrônio José. Fios de Ariadne: o protagonismo negro no pós-abolição. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v. 16, n. 30, p. 215-250, 2009.

LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Os aniversários da abolição da escravatura e a imprensa ilustrada do Rio de Janeiro (1890-1902). **Topoi** (Rio J.). v. 17, n. 33, p. 535-560, jul./dez. 2016.

MORAES, Renata Figueiredo. Festas e resistência negra no Rio de Janeiro: batuques escravos e as comemorações pela abolição em maio de 1888. **Revista do arquivo geral do Rio de Janeiro**. nº.15, p. 231-250, 2018.

MORAES, Renata Figueiredo. As festas da abolição: o 13 de maio e seus significados no Rio de Janeiro (1888-1908). Rio de Janeiro, 2012, 325 p. Tese de doutorado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

PEREIRA, Matheus Serva. O primeiro carnaval fora de época: as festas na província de São Paulo pelo 13 de Maio de 1888.

ZANETTI, Euler Fabres. As comemorações da Lei Áurea pelas páginas dos jornais A Federação (RS) e O Paiz (RJ), 1888-1928. Pelotas, 2022, p. 136. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas.